



A CULTURA NA AGENDA DA CELAC A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DESCOLONIZADORA

*LA CULTURA EN LA AGENDA DE LA CELAC A PARTIR DE UNA
PERSPECTIVA TEÓRICA DESCOLONIZADORA*

*CULTURE ON CELAC'S AGENDA FROM A DECOLONIZING THEORETICAL
PERSPECTIVE*

Carolina Albuquerque Silva¹ 
Universidade de Brasília, Brasil

Resumo: O artigo consiste em uma reflexão sobre o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico surgido na América do Sul no começo do século XXI, com foco na agenda cultural da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e tem por objetivo contribuir para o enriquecimento da análise das dimensões socioculturais da integração a partir da abordagem da geopolítica crítica, proposta por Jaime Preciado. O debate destaca o eurocentrismo que caracteriza o campo de estudos da integração e sua relação com a geopolítica do conhecimento. Enreda-se, desse modo, na questão das condições para pensar o mundo desde a América Latina, a partir de autores da região que se dedicam à produção de conhecimento em torno a temas prioritários e problemas cognitivos próprios. Construída a partir de revisão da literatura especializada e de pesquisa documental junto ao acervo da CELAC, a análise realizada indica que, para superar a reprodução da lógica da colonialidade nos projetos regionais da América Latina e Caribe, é necessário considerar, no debate teórico e na construção prática, os eixos epistemológico e cultural.

Palavras-chave: Integração regional; Regionalismo; CELAC; Cultura; Colonialidade.

Resumen: El artículo presenta una reflexión sobre el regionalismo post-liberal o post-hegemónico surgido en América del Sur en el comienzo del siglo XXI, con foco en la agenda cultural de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), y su objetivo es contribuir al análisis

¹ Doutoranda do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, com bolsa do CNPq.
E-mail: carolina.albuquerque@gmail.com

de las dimensiones socioculturales de la integración, a partir de los enfoques de la geopolítica crítica de Jaime Preciado. El debate destaca el eurocentrismo que caracteriza el campo de estudios de la integración y su relación con la geopolítica del conocimiento. De esta manera, se enreda en el debate sobre las condiciones para pensar el mundo desde América Latina, a partir de autores de la región que se dedican a la producción de conocimiento en torno a temas prioritarios y problemas cognitivos propios. El texto fue construido a partir de revisión bibliográfica e investigación documental en el acervo de la CELAC. El análisis realizado sugiere que, para superar la reproducción de la lógica de la colonialidad en los proyectos regionales de América Latina y el Caribe, es necesario considerar, en el debate teórico y en la construcción práctica, los ejes epistemológico y cultural.

Palabras clave: Integración regional; Regionalismo; CELAC; Cultura; Colonialidad.

Abstract: This article analyzes the post-liberal/post-hegemonic regionalism that emerged in South America in the beginning of the XXI century, focusing on the cultural agenda of the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), and it is aimed to contribute to the analysis of the sociocultural dimensions of regional integration, based on the critical geopolitics theory proposed by Jaime Preciado. The debate highlights the Eurocentrism that characterizes the regional integration studies and its connection with the geopolitics of knowledge. Moreover, it also contributes to the debate about the conditions for thinking the world from a Latin American perspective, based on authors from the region who are dedicated to the production of knowledge around its own specific themes and cognitive problems. The methodology included desk research of relevant literature and official CELAC's documents. The analysis indicates that, to overcome the reproduction of the logic of coloniality in Latin American and Caribbean regional projects, it is necessary to include the epistemological and cultural dimensions, both in the theoretical debate and in its practical construction.

Keywords: Regional integration; Regionalism; CELAC; Culture; Coloniality.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.191234](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.191234)

Recebido em: 06/10/2021

Aprovado em: 30/06/2022

Publicado em: 03/07/2022

1. Apresentação

Este artigo propõe uma reflexão acerca das dimensões socioculturais do regionalismo pós-hegemônico, surgido na América do Sul no começo

do século XXI, a partir da abordagem da geopolítica crítica elaborada pelo sociólogo mexicano Jaime Preciado. A análise realizada parte do entendimento de que é necessário expandir o campo de estudos da integração e do regionalismo a partir dos aportes teóricos originados na própria região, de modo a superar os enviesamentos eurocêntricos de ordem epistemológica que estão muitas vezes presentes nas análises tradicionais. Como referência empírica deste debate, é apresentado o caso da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com foco em sua agenda de cooperação regional na área das políticas culturais.

A CELAC, fundada em 2011, faz parte do regionalismo chamado de 'pós-liberal' ou 'pós-hegemônico', o qual inclui a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), em 2004, e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008. O mesmo movimento abrangeu também o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que teve sua agenda de negociações ampliada, com a intenção de adicionar conteúdo social e político a seu caráter original notadamente comercialista (SANAHUJA, 2009; PRECIADO, 2013). Ao envolver as dimensões sociais e culturais no debate sobre a integração, essas instituições se empenharam em estabelecer mecanismos de cooperação regional em áreas anteriormente pouco contempladas pelos organismos intergovernamentais regionais.

Esse fenômeno teve como centro propulsor a América do Sul e coincidiu com a eleição de governos de esquerda e centro-esquerda em diferentes países da sub-região², a chamada 'onda progressista', com projetos políticos direcionados, em diferentes graus, a enfrentar os impactos recessivos do neoliberalismo, do ponto de vista doméstico, e a aumentar a autonomia da região em relação ao sistema mundial, particularmente aos Estados Unidos (BARBOSA, 2019). Neste contexto, a CELAC significou a expansão dessas experiências que tiveram início na

² Considerando-se as eleições presidenciais na Venezuela (1998), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006) e Paraguai (2008).

América do Sul para a América Central, Caribe e México. Ou seja, representou um processo de reconfiguração do espaço latino-americano a partir de um eixo sul-americano.

Para Sanahuja (2009), essas iniciativas se caracterizaram por uma ênfase maior na agenda 'positiva' da integração, centrada na criação de instituições e políticas comuns e no aumento da cooperação Sul-Sul, e por uma maior preocupação com a dimensão da participação e da legitimação social dos processos de integração. Essa tendência foi nomeada como regionalismo 'pós-liberal' (SANAHUJA, 2009); 'pós-hegemônico' (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012) ou, ainda, 'contra-hegemônico' (FRIGGERI; RICOBOM, 2020). A utilização dos termos 'pós-liberal/hegemônico' por estes autores e autoras buscou evidenciar uma contraposição ao modelo de integração levado a cabo pelos organismos regionais na década anterior, uma etapa inspirada pelas estratégias do que foi denominado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como 'regionalismo aberto', que compreendia a integração como um mecanismo comercial com vistas a melhorar a inserção da América Latina nos processos de globalização.

No entanto, apesar dos pontos positivos apresentados, o regionalismo pós-liberal/pós-hegemônico também levantou diferentes contradições. O fortalecimento da posição da China como parceira comercial da América Latina e, especialmente, da América do Sul, nos anos 2000, inscrito em um contexto de aumento dos preços internacionais das commodities, contribuiu para a persistência de uma orientação econômica centrada na exploração de recursos naturais. Não houve, assim, alteração no modelo extrativista que marcou a incorporação da região ao sistema-mundo capitalista enquanto fornecedora de matérias-primas, reforçando a trajetória de longa duração caracterizada pela inserção periférica da região no sistema mundial (SVAMPA, 2016).

Como recordam Porto-Gonçalves e Quental (2012), essa questão está associada ao debate sobre as grandes obras regionais de infraestrutura inseridas na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional

Sul-Americana (IIRSA), posteriormente incorporada à UNASUL por meio do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A partir de uma abordagem decolonial, os autores argumentam que esses grandes projetos regionais têm respondido a uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano, especialmente da Amazônia, como vazios demográficos. Reforçam, dessa forma, a anulação territorial da grande diversidade de populações que habitam essas áreas.

As expectativas dos projetos regionais pós-liberais/hegemônicos chocaram-se, finalmente, com a contraofensiva neoliberal-conservadora que implicou na ascensão de governos de direita em países-chave da região – concretizada com a vitória eleitoral de Mauricio Macri na Argentina, em 2015, e com o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016. A experiência do regionalismo pós-liberal/hegemônico foi, portanto, breve: acompanhando o ciclo progressista, durou aproximadamente entre 2003 e 2016.

Conforme Barbosa, um balanço da onda progressista explicita os limites para a mudança sem rompimento com a ordem herdada na América Latina: “O ensejo de modificar estas sociedades sem enfrentar a raiz dos problemas — que remete à articulação entre dependência e desigualdade legada do passado colonial — limitou a mudança à superfície da política” (BARBOSA, 2019, p. 15). A aposta em uma maior autonomia não logrou, sob essa perspectiva, romper com a colonialidade que marca a história de longa duração da América Latina. Temas como cultura, direitos humanos, questões feministas e o debate territorial proposto por indígenas e camponeses, que começavam a ganhar espaço nos documentos destes organismos regionais, foram deixados de lado, uma vez finalizado o ciclo do regionalismo pós-liberal/hegemônico.

Em consonância com o debate resumidamente apresentado, este artigo busca analisar o potencial emancipatório que a integração latino-americana e caribenha pode ter quando reivindicada desde um pensamento crítico original, aberto a incluir no debate sobre a identidade

regional e suas políticas de integração temas como a cultura, o meio ambiente, os direitos das minorias e os aportes indígenas. No que concerne aos projetos regionais intergovernamentais chamados de pós-liberais ou pós-hegemônicos, como a CELAC, é necessário explorar como foram tratados os temas inseridos em sua agenda de cooperação e se esse modelo abrangeu, além dos aspectos econômicos tradicionais, questões como os direitos culturais, sociais, humanos e étnico-raciais.

A confecção deste artigo baseou-se nesses dois elementos mencionados acima — a opção teórica por uma abordagem descolonizadora do regionalismo e da integração e, ainda, a intenção de analisar de que forma pode-se utilizar este arcabouço teórico para a análise de projetos regionais intergovernamentais como a CELAC. Para tanto, foi realizado estudo da bibliografia especializada sobre a descolonização na integração, complementado por pesquisa documental junto ao acervo da CELAC, especialmente as declarações conjuntas aprovadas pelos presidentes e primeiros-ministros dos países membros nas reuniões de cúpula da entidade, também chamadas de declarações políticas³. A proposta consistiu em analisar os conteúdos discutidos e os acordos estabelecidos por essas instituições em busca de menções à dimensão cultural da integração.

O texto está organizado em quatro seções, incluindo esta apresentação e as considerações finais. A segunda seção situa o debate sobre a produção teórica latino-americana acerca da integração regional, com foco na perspectiva da geopolítica crítica elaborada por Preciado. A terceira seção, por sua vez, aprofunda-se no caso da CELAC, com enfoque em sua criação e funcionamento. Essa seção inclui um resumo sobre como o tema da cultura foi tratado nos documentos principais da CELAC — aqueles firmados pelos presidentes e primeiros-ministros. Com isso, pretende-se ilustrar o papel do eixo cultural na concretização de processos de integração regional que se pretendam superadores da colonialidade.

³ As declarações foram publicadas em espanhol e inglês. Os trechos aqui citados são traduções da autora a partir das versões originais em espanhol.

2. Geopolítica crítica, colonialidade e integração regional na América latina

Em anos recentes, a hegemonia das abordagens eurocêntricas no campo de estudos da integração regional e do regionalismo vem sendo crescentemente questionada, bem como os pressupostos teóricos das duas principais correntes do circuito central de produção de conhecimento a respeito da temática, com origem, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos: as teorias da integração europeia e as teorias do novo regionalismo, mais comumente chamado na América Latina e no Caribe de regionalismo aberto. Essas abordagens tradicionais focam-se em três elementos centrais: a equiparação entre integração e cessão de soberania; a relação subordinada do político ao econômico e as ideias de convergência e homogeneidade entre os países envolvidos, que minimizam as diferenças culturais, estruturais e as divergências de poder intrarregionais (PERROTTA, 2018).

Os pressupostos e categorias dessas teorias, elaboradas a partir da conjuntura europeia do pós-guerra, não levam em consideração os contextos espaciais e temporais da América Latina — nem da África ou da Ásia — os quais estão relacionados a desafios próprios da inserção periférica no sistema mundial. A persistência do eurocentrismo epistemológico nas abordagens ortodoxas da integração também dificulta a inclusão, no debate teórico, de temáticas-chave no contexto atual das Ciências Sociais na América Latina, principalmente em suas vertentes críticas, que escapam dos limites formais e economicistas, ou direcionadas ao tema da guerra e da paz, das abordagens hegemônicas, tais como a superação da colonialidade em suas múltiplas formas, os direitos culturais dos povos indígenas, as abordagens feministas e as questões territoriais rurais e urbanas.

Por esse viés, o debate proposto está imbricado com as questões da

assimetria dos fluxos de conhecimento entre Norte e Sul, da dependência acadêmica e da delimitação de centros e periferias na produção de conhecimento, e com a forma como ela age em favorecimento da manutenção das condições de hegemonia no sistema-mundo e, portanto, da inserção periférica da América Latina nele. Trata-se do debate proposto por Quijano (2000) sobre a colonialidade do saber, a geopolítica do conhecimento e a pretensão de universalização das teorias e conceitos elaborados no centro do sistema a outros lugares e a outros contextos econômicos, sociais e políticos, sem considerar as especificidades das experiências históricas latino-americanas nem seus problemas cognitivos próprios.

Conforme Svampa (2016), essa discussão diz respeito aos problemas de acumulação na teoria social latino-americana, ou seja, à dificuldade de construir um legado teórico regional e aos processos de invisibilização e expropriação epistêmica a que as tradições teóricas latino-americanas foram historicamente submetidas. Para a autora, a superação deste quadro de dependência teórica implica em visitar tanto os clássicos do pensamento latino-americano quanto às perspectivas críticas atuais das Ciências Sociais na região. Essas abordagens críticas compartilham características como o questionamento dos paradigmas dominantes, o pluralismo epistemológico, a crítica aos dualismos e ao pensamento moderno e o compromisso com os setores subalternos. Nessa perspectiva estão inseridos autores e autoras que se dedicam ao desenvolvimento das teorias descoloniais, feministas, étnico-raciais e ambientais, entre outros.

Neste artigo, destacamos a contribuição da geopolítica crítica, cujas implicações para a América Latina e o Caribe têm sido objeto de trabalhos de Preciado, que argumenta que as representações espaciais tradicionais sobre a região são marcadas pelo eurocentrismo e fortalecem sua posição subordinada e dependente em relação ao sistema-mundo. Dentre essas práticas espaciais dominantes podemos enumerar: a construção de fronteiras estratégicas e de identidades supostamente homogêneas e monoculturais; a utilização de dicotomias baseadas em critérios

etnocêntricos de reconhecimento e anulação (civilização-barbárie, moderno-primitivo etc.); e a adoção de modelos de desenvolvimento e democracia específicos (PRECIADO, 2008; PRECIADO; UC, 2010).

A discussão da geopolítica crítica dialoga com a abordagem do sistema-mundo moderno colonial e da colonialidade do poder, tal como definida por Quijano (2000). Isto é, uma análise sobre como a classificação e hierarquização da população mundial a partir da ideia de raça, articulada ao controle das formas de trabalho, produziu uma hierarquização semelhante no campo das identidades territoriais e geográficas. Esse processo naturalizou a ideia de América, África e Ásia como territórios sob domínio europeu. Ademais, as práticas espaciais hegemônicas funcionam como mecanismo de controle frente à possibilidade de contrarrepresentações alternativas ao discurso geopolítico dominante e, assim, excluem espacialidades subalternizadas, como as dos indígenas e camponeses (PRECIADO; UC, 2010).

Um elemento fundamental da geopolítica crítica é, neste sentido, a consideração de que a reflexão espacial sobre as relações de poder não pode se limitar às relações existentes entre os Estados. É necessário incluir na análise sobre a integração regional as práticas e representações espaciais dos movimentos sociais e culturais, das organizações populares e de intelectuais dissidentes, também chamadas de 'antigeopolítica'. Esta imaginação geopolítica de resistência na América Latina tem, entre suas expressões específicas mais proeminentes, as práticas espaciais indígenas, afro-latinas, feministas e ecologistas (PRECIADO; UC, 2010).

Dentre as alternativas inovadoras que apontam para as potencialidades de uma integração autônoma latino-americana desde a alteridade, Preciado destaca o *Buen Vivir*, o Estado Plurinacional da Bolívia e as micro experiências autogestionárias de movimento sociais, como os *caracoles* zapatistas e as redes de Economia Social e Solidária baseadas no cooperativismo. Trata-se de expressões autônomas que abrem possibilidades para avançar não apenas no debate sobre o papel da sociedade civil na integração, mas também na discussão sobre a

interculturalidade e sobre a contribuição indígena para a construção de uma integração regional autônoma (PRECIADO, 2019).

No entanto, sob a perspectiva do debate proposto pela sociedade civil organizada, essa discussão não se restringe necessariamente às iniciativas sociais autônomas, pois a integração passa a ser entendida também como um mecanismo para a implantação de políticas sociais comuns direcionadas a melhorar os padrões socioeconômicos dos países da região e a fomentar a perspectiva dos direitos. Nesse sentido, o avanço da interdependência econômica requereria que as políticas públicas, e não só o capital, viessem a transcender os territórios nacionais. Sob essa perspectiva, projetos estatais de integração regional, como a CELAC, podem ser considerados como produtores de espacialidades que demandam maior autonomia da região frente aos processos do centro do sistema-mundo e, portanto, como prática espacial contra-hegemônica e anticolonial (PRECIADO; UC, 2010; PRECIADO; FLORIDO, 2013; PRECIADO, 2019).

Esse é um debate ainda por resolver quando se trata de analisar o regionalismo e a integração regional desde a abordagem descolonizadora proposta pela geopolítica crítica, dado seu distanciamento epistemológico em relação ao economicismo e ao estadocentrismo, que sustentam as referências intergovernamentais como único parâmetro para a integração. Sob esta perspectiva, pode parecer paradoxal defender a CELAC como prática espacial descolonizadora. O que se pode concluir a partir do debate teórico apresentado é que não é qualquer projeto estatal de integração que contribui para a superação da dependência e da colonialidade, mas apenas aqueles baseados em estratégias autonomistas, ou seja, que promovam uma identidade cultural regional com base na diversidade sócio-histórica que caracteriza a América Latina.

É a partir da perspectiva da adoção de estratégias autonomistas que se torna possível considerar o papel positivo que as propostas intergovernamentais podem ter na construção de uma integração regional que beneficie não apenas as grandes empresas nacionais e transnacionais,

mas também as camadas populares, que conformam a maior parte da população dos países latino-americanos e caribenhos. Esta é a visão que Preciado apresenta a respeito da CELAC como uma proposta regional potencialmente promotora de uma integração latino-americana autônoma e descolonizadora (PRECIADO; FLORIDO, 2013; PRECIADO, 2019).

Reflexos desse debate na agenda da CELAC podem ser encontrados na emissão de declarações conjuntas de apoio a demandas geopolíticas regionais autonomistas, tais como a descolonização de Porto Rico (CELAC, 2016a); o fim do embargo a Cuba e devolução da Baía de Guantánamo (CELAC, 2017); e a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas (CELAC, 2021). Outro exemplo de endosso formal a demandas descolonizadoras diz respeito à inclusão de temas étnicos nas pautas da instituição, incluindo menções aos aspectos epistemológicos deste debate, como no caso do parágrafo 22 da Declaração da Cúpula de Caracas:

Que, tendo em conta a diversidade dos processos formação da identidade latino-americana e caribenha, a CELAC se converta em um espaço que reivindique o direito à existência, preservação e convivência de todas as culturas, raças e etnias que habitam nos países da região, bem como o caráter multicultural do nosso povo, e plurinacional de alguns dos nossos países, especialmente das comunidades originárias que promovem e recriam a memória histórica, os saberes e conhecimentos ancestrais (CELAC, 2011).

Apesar de essas menções configurarem apenas ‘reconhecimentos’, ou seja, de não serem objeto de nenhum encaminhamento prático obrigatório, ainda assim configuram uma ruptura com os discursos e conteúdos comercialistas e tecnicistas do regionalismo aberto. Por meio de iniciativas como essas, projetos relacionados ao regionalismo pós-liberal/contra-hegemônico, como CELAC, UNASUL e ALBA, ilustram de que modo uma instituição regional pode ser considerada como uma prática espacial questionadora da representação tradicional sobre a América Latina e o Caribe e, desse modo, contra-arrestar a permanência do eurocentrismo teórico e da prática da colonialidade nos projetos regionais.

3. A CELAC e a construção de uma identidade latino-americana a partir da diversidade cultural

No contexto do regionalismo pós-liberal/hegemônico dos anos 2000, a especificidade da CELAC consistiu em ser a primeira organização, em 200 anos de história independente, a reunir todos os países soberanos da América Latina e do Caribe, sem a participação dos EUA ou de países europeus. A iniciativa representou, assim, uma “notável exceção” (ESTAY, 2013, p. 210) na história da integração regional latino-americana e caribenha, tradicionalmente protagonizada pelo panamericanismo estadunidense.

Quando de sua criação, em 2011, o organismo reunia os 33 países soberanos que compõem a América Latina e o Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Em 2020, o governo brasileiro anunciou sua retirada oficial da organização.

O processo de criação da CELAC teve início em 2008, com a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em Salvador, Bahia, e concluiu-se com a realização conjunta da III CALC e da XXII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 2011, em Caracas.

A CELAC foi, na prática, a fusão dessas duas iniciativas até então independentes, a CALC e o Grupo do Rio — nome pelo qual ficou conhecido o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986. Os antecedentes do Grupo do Rio foram os Grupos de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) e de Apoio a Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), criados durante a Guerra Fria com o intuito de obter uma solução negociada para as guerras civis na América Central, sem a participação direta dos EUA e da URSS. Os

fundadores do Grupo do Rio resolveram delimitar seu escopo de atuação a reuniões de caráter informal, destinadas a servir como espaço de articulação política, apropriado para consultas, troca de informações e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. Em 2011, quando deixou de existir para dar passo à CELAC, o Grupo do Rio congregava 22 países da região e o CARICOM como membros (SILVA, 2017).

O encontro de 2011 na capital venezuelana resultou na “Declaração de Caracas no bicentenário da luta pela independência em direção ao caminho de nossos libertadores”, que listou os temas de cooperação, princípios políticos e parâmetros de funcionamento da CELAC, os quais definiram uma institucionalidade mínima, típica do intergovernamentalismo: a instância suprema é a Cúpula de Chefes de Estado, que toma as decisões políticas e decide a evolução do organismo.

As decisões adotadas nas Cúpulas não possuem caráter vinculante em termos jurídicos, de modo que sua validade reside em sua conotação política, que lhes confere legitimidade. A CELAC foi, portanto, concebida como foro de concertação política e de articulação e promoção da cooperação Sul-Sul. Em relação ao sistema internacional, a posição adotada correspondia a uma irrestrita adesão ao multilateralismo, ao direito internacional e à carta das Nações Unidas.

O organismo constituiu-se, assim, como um foro intergovernamental para a discussão de temas políticos, sociais e culturais. Isso ocorreu porque a diversidade territorial dos países da região e a político-ideológica de seus governos demandaram um funcionamento com base no pragmatismo, na flexibilidade quanto à adoção de medidas consensuadas e na participação voluntária nos projetos de cooperação adotados (CELAC, 2010; ARAVENA, 2012). A questão econômica recebeu menor atenção, com exceção da cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul.

Entre 2013 e 2017, foram realizadas reuniões anuais da Cúpula da CELAC. Após um período de três anos de paralisia, o governo mexicano de Andrés Manuel López Obrador, na qualidade de presidência *pro tempore*,

anunciou a realização da VI Cúpula do organismo, que teve lugar na capital do país, em setembro de 2021 (Quadro 1).

Quadro 1: Cúpulas da CELAC e documentos aprovados pelos chefes de estado e de governo

Reunião	Local	Ano	Documentos aprovados
I Cúpula CELAC	Santiago, Chile	2013	- Declaração de Santiago - Nove declarações e comunicados especiais - Plano de Ação da CELAC 2013
II Cúpula CELAC	Havana, Cuba	2014	- Declaração de Havana - 20 declarações e comunicados especiais - Plano de Ação da CELAC 2014
III Cúpula CELAC	Belén, Costa Rica	2015	- Declaração Política de Belén - 26 declarações e comunicados especiais - Plano de Ação da CELAC 2015
IV Cúpula CELAC	Quito, Equador	2016	- Declaração Política de Quito – Metade do Mundo - 21 declarações e comunicados especiais - Plano de Ação da CELAC 2016
V Cúpula CELAC	Punta Cana, República Dominicana	2017	- Declaração Política de Punta Cana - 20 declarações e comunicados especiais - Plano de Ação da CELAC 2017
VI Cúpula CELAC	Cidade do México, México	2021	- Declaração Política da Cidade do México

Fonte: Elaboração própria (2021).

A análise das declarações presidenciais aprovadas nas reuniões de cúpula realizadas até 2017 revela dois objetivos preponderantes: 1) a CELAC deveria constituir-se como um ator internacional relevante, levando aos foros multilaterais posições construídas a partir da identidade histórica e cultural da América Latina e Caribe; e 2) a multidimensionalidade da agenda de integração.

O primeiro aspecto mencionado diz respeito à pretensão da organização em consolidar-se como um instrumento de construção identitária, com efeitos políticos independentes de suas capacidades executivas, um “[...] dispositivo retórico coletivo que gera imagens e identidades, a partir das quais se ordenam vários processos de tomada de decisão na América Latina e no Caribe” (BONILLA; ÁLVAREZ, 2013, p. 8, tradução da autora). A CELAC poderia, sob essa perspectiva, contribuir para a superação do fracionamento prevalecente na América Latina e Caribe,

que tem historicamente limitado o reconhecimento internacional da região como um ator coeso⁴.

O segundo elemento a ser destacado a partir da leitura das declarações políticas aprovadas (Quadro 1) se refere à diversidade dos temas discutidos nas Cúpulas, os quais constituíram uma ampla agenda de trabalho, abarcando: (i) temas econômicos como a crise financeira internacional, comércio, integração física, trabalho e emprego; (ii) temas ligados à agenda de segurança, drogas e terrorismo; (iii) temas do âmbito social como migrações, erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação e saúde; (iv) temas ambientais; e (v) temas transversais, como cultura, gênero e direitos humanos.

No entanto, as mudanças políticas vivenciadas a partir de 2015 por diferentes países da região, com a ascensão de governos de direita, levaram ao abandono de projetos regionais pós-liberais, causando uma reconfiguração da integração de tipo subordinada, em detrimento das estratégias regionais autonomistas. Os projetos políticos dos novos governos demonstraram outras prioridades para a região, incluindo a volta do exclusivismo da agenda comercial e da preferência a articulações externas com os Estados Unidos e a Europa, em detrimento das relações intrarregionais. Sob a perspectiva das relações inter-regionais com a Europa, as articulações realizadas no âmbito da Cúpula CELAC-UE perderam importância, e privilegiaram-se as negociações com a sub-região do Cone Sul, resultando na aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia, cujos termos são alvo de críticas diversas, em função de seu caráter assimétrico, por reforçar a inserção internacional da região sul-americana como exportadora de matérias-primas e por que, de qualquer modo, enfrenta um difícil processo de ratificação por parte dos governos europeus.

Como consequência, as agendas culturais, sociais e participativas

⁴ O principal resultado do relacionamento externo da CELAC foi a aproximação com China e União Europeia (UE), que demonstrou uma disposição destes atores em reconhecer a Comunidade como interlocutor legítimo. As negociações resultaram na constituição da Cúpula CELAC-EU (2013) e do Foro CELAC-China (2015), espaços que implicaram em encontros bilaterais periódicos realizados até, pelo menos, 2018.

foram esvaziadas e os organismos criados pelos governos progressistas nos anos 2000 foram desmontados ou relegados a um segundo plano, como nos casos da UNASUL e da CELAC, respectivamente. Ainda que a CELAC não tenha sido desmantelada formalmente, como foi o caso da UNASUL, o fim da onda progressista e o ascenso dos governos de direita levou a uma interrupção do funcionamento normal da organização — a principal instância decisória da CELAC, a reunião de Cúpula, foi interrompida após a Cúpula de Punta Cana. Finalmente, em janeiro de 2020, o governo brasileiro anunciou sua saída do acordo, o que contribuiu ainda mais para a paralisia das agendas da CELAC, dada a importância do país nos processos regionais de integração, em função de suas dimensões territoriais, demográficas e econômicas.

No entanto, a possibilidade de uma aliança entre os governos progressistas eleitos no México (em 2018) e na Argentina (em 2019) voltou a sinalizar alguma esperança em uma retomada da organização comunitária (FRIGGERI; RICOBOM, 2020). De fato, o governo mexicano logrou, em setembro de 2021, após um hiato de três anos, realizar a VI Cúpula da entidade, ainda que com menor presença de presidentes e primeiros-ministros e com a ausência do Brasil. A declaração política da Cidade do México teve como novidade a inserção de temas que cobraram relevância no cenário regional no período 2018-2021, especialmente o combate conjunto à pandemia de Covid-19, além de reiterar a maioria dos princípios e propostas apresentados nos documentos anteriores — em que pese a ausência de um parágrafo específico sobre cultura, à diferença das cinco declarações políticas que a antecederam (CELAC, 2021).

3.1 A cultura na agenda da CELAC

O tema da cultura como dimensão do projeto integracionista aparece já na Declaração de Caracas, quando da criação da CELAC, sob a perspectiva do fortalecimento da identidade cultural latino-americana sem

recair, contudo, em homogeneizações — ou seja, uma ideia de defesa da diversidade. No parágrafo 21, os chefes de Estado e de Governo dos 33 países se declararam convencidos da importância de que:

[...] a Celac avance no processo de integração política, econômica, social e cultural, fazendo um sábio equilíbrio entre a unidade e a diversidade de nossos povos, para que o mecanismo de integração regional seja o espaço ideal para a expressão de nossa rica diversidade cultural e, ao mesmo tempo, para reafirmar a identidade da América Latina e do Caribe, sua história comum e suas contínuas lutas por justiça e liberdade. (CELAC, 2011).

Em encontro realizado no Suriname, em março de 2013, foi constituída a Reunião de Ministros de Cultura da CELAC. A cooperação multilateral regional no âmbito da cultura já tinha, contudo, um longo histórico antes da criação da comunidade e a Reunião de Ministros foi, na prática, a sucessora do Fórum de Ministros da Cultura e Responsáveis pelas Políticas Culturais da América Latina e do Caribe, criado em 1989, em Brasília, com o apoio do Escritório Regional de Cultura para a América Latina e o Caribe da UNESCO, como espaço de troca de experiências e formulação de iniciativas conjuntas entre as principais autoridades governamentais do setor cultural da região. Com mais de vinte anos de antecedência à constituição da CELAC, os documentos oficiais do Fórum já registravam o debate sobre o papel da cultura para a integração e o regionalismo:

A dimensão cultural é um fator indispensável para o processo de integração política e econômica da América Latina e do Caribe, na medida em que é o âmbito em que se concretiza a identidade comum e a consciência solidária. Estes são elementos necessários para o fortalecimento dos valores democráticos, do regime das liberdades, da busca da paz e da defesa dos direitos humanos (UNESCO, 1989, tradução da autora).

Em 2013, a 19ª reunião do Fórum de Ministros da Cultura e Responsáveis pelas Políticas Culturais da América Latina e do Caribe foi realizada de forma conjunta com a 1ª Reunião de Ministros de Cultura da CELAC, momento em que ficou definido que que ambos se integrariam em um único mecanismo, conforme assinalado na Declaração de Suriname

(CELAC, 2013). A partir de então, a Reunião de Ministros de Cultura passou a ser responsável pela construção dos documentos setoriais da CELAC.

Como resultado da segunda cúpula da entidade, realizada em Havana, em 2014, foram divulgados o Plano de Ação Cultural da CELAC 2015-2020 e a Declaração Especial sobre a Cultura como Promotora do Desenvolvimento Humano, documento composto por dez parágrafos, cujos elementos centrais sintetizamos no quadro (Quadro 2) abaixo:

Quadro 2: Declaração especial da II cúpula da CELAC sobre a cultura como promotora do desenvolvimento humano: características principais

1	CELAC como espaço de expressão da diversidade cultural dos povos da ALC.
2	Pleno acesso aos bens culturais como direito humano.
3	Papel da cultura para o desenvolvimento sustentável dos países membros e para a integração de seus povos, com base na promoção de seu caráter multiétnico, multicultural e plurilíngue. Respaldo às resoluções das Nações Unidas sobre Cultura e Desenvolvimento e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
4	Papel da cultura na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais.
5	Desenvolvimento coletivo de ferramentas de avaliação e sistemas de informação cultural que apoiem as decisões de políticas públicas dos países membros.
6	Elaboração de projetos regionais na área da cultura, incluindo parcerias entre instituições públicas e privadas.
7	Elaboração de esquemas de apoio e financiamento para projetos culturais envolvendo pequenas e médias empresas culturais, cooperativas e associações de artesãos.
8	Salvaguarda dos saberes tradicionais.
9	Combate ao tráfico ilícito de bens culturais na região e proteção do patrimônio material e imaterial dos países membros.
10	Cooperação com a Unesco para manutenção do Portal de la Cultura de la América Latina y Caribe (https://www.lacult.unesco.org).

Fonte: Elaboração própria com base na Declaração Especial sobre a Cultura como Promotora do Desenvolvimento Humano (CELAC, 2014).

A cooperação na área da proteção ao patrimônio material, mencionada no item 9 da Declaração Especial sobre a Cultura como Promotora do Desenvolvimento Humano, foi o tema que ganhou maior impulso na agenda da CELAC, tendo sido objeto de dois outros documentos setoriais firmados pelos chefes de Estado e de governo do organismo, a Declaração Especial nº 25, assinada na cúpula da Costa Rica (CELAC, 2015), e a nº 8, emitida no ano seguinte, na cúpula do Equador

(CELAC, 2016b). Esses documentos tratam da preservação do patrimônio cultural material dos países membros, com foco no estímulo à cooperação internacional, regional e bilateral para a recuperação de bens culturais objetos do tráfico ilícito.

Até a celebração da IV Cúpula da CELAC, realizada na República Dominicana, em 2017, o tema da cultura manteve centralidade nas declarações presidenciais resultantes dessas reuniões. A Declaração Política de Punta Cana reserva toda uma seção à temática, sob o título 'Cultura', composta por três parágrafos: O parágrafo 36 fala da “[...] importância de promover o direito à cultura, seu valor para a concretização de sociedades mais equitativas e a responsabilidade dos Estados em adotar as medidas necessárias para a plena realização deste objetivo.” No parágrafo 37, os mandatários parabenizam a ONU pela proclamação de 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas e se comprometem a implementar programas de recuperação, preservação e difusão dos diferentes idiomas indígenas latino-americanos. O parágrafo 38, por fim, trata da adoção de medidas para proteger as expressões culturais e menciona o Projeto de Diretrizes Operacionais para a implementação, no ambiente digital, da Convenção da Unesco de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (CELAC, 2017).

Esse conjunto de declarações revela, em resumo, dois tipos de tratamento dado à questão cultural: algumas menções abordam a questão geral da identidade/diversidade cultural na região e apresentam, portanto, um caráter eminentemente discursivo. Um segundo conjunto de declarações busca, por sua vez, estabelecer os parâmetros para a construção de agendas comunitárias de cooperação Sul-Sul na área das políticas públicas de cultura, com foco na recuperação de bens culturais. Nesse sentido, uma continuidade da agenda de pesquisa proposta neste artigo demandaria o prosseguimento da investigação, com fins a verificar como estes documentos se desdobraram em políticas públicas nos países membros.

4. Considerações finais

O regionalismo que emergiu na América Latina nos anos 2000, chamado de pós-liberal ou pós-hegemônico, consolidado em experiências como a da UNASUL e a da CELAC, formou parte de um conjunto de ideias alternativas e novas motivações políticas na região, que coincidiu com um redescobrimiento do espaço regional como espaço para o exercício de maiores níveis de autonomia da região em relação às imposições dos países centrais do sistema internacional. Essa agenda potencialmente geradora de direitos esteve articulada politicamente com a 'onda progressista', em defesa de uma agenda positiva, ainda que por vezes contraditória, para a integração.

A CELAC representou a extensão da experiência pós-liberal sul-americana ao restante da América Latina e do Caribe. O fim da onda progressista implicou, contudo, no abandono desse conjunto de iniciativas. Entretanto, mesmo em face da paralisia sofrida e das incertezas quanto a seu futuro, a CELAC representou uma novidade no cenário regional tradicional, ao vincular as disputas pelo modelo de desenvolvimento regional às questões da dimensão cultural, dos direitos regionais, da abordagem territorial e do debate étnico. Desse modo, permanece a relevância de pesquisar as propostas de integração autonomistas, de modo a contribuir para o debate sobre os múltiplos modelos de integração que podem ser concebidos em realidades específicas, em contraposição ao entendimento de que existe um só caminho, de caráter marcadamente comercialista e eurocêntrico, para a construção de acordos e organismos regionais.

Nesse sentido, trata-se de resgatar, a partir da análise crítica das abordagens tradicionais no campo de estudos do regionalismo, desde uma postura teórica descolonizadora, uma outra perspectiva de integração, que

seja capaz de situá-la como um elemento-chave do processo de transformação sócio-histórica regional. Para tanto, é essencial considerar o potencial emancipatório que a incorporação da dimensão cultural aporta ao projeto integracionista latino-americano e caribenho, contribuindo para o fortalecimento de uma identidade regional, desde a diversidade, que possa dar suporte e legitimidade às instituições regionais em momentos de crise como o atualmente atravessado por instituições como a CELAC.

É preciso ressaltar, finalmente, que a proposta de analisar a dimensão cultural da CELAC com base em uma abordagem descolonizadora, que dê espaço aos atores sociais invisibilizados pelas práticas regionais hegemônicas, deixa em aberto uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada. Trata-se, por um lado, de investigar se houve algum processo de difusão efetiva da cooperação técnica entre os países membros da instituição a partir da agenda cultural acordada. De outro lado, é necessário verificar de que maneira os grupos sociais demandantes de territorialidades específicas, como os povos indígenas, afro-latinos e afro-caribenhos, estiveram presentes na elaboração dessa agenda no âmbito da CELAC — e, caso tenha de fato havido a participação desses grupos, de que modo avaliam como a instituição pode contribuir em suas lutas em prol da manutenção de seus territórios e garantia de sua autonomia em suas dimensões política, social e cultural.

5. Referências

ARAVENA, Francisco Rojas. La Celac y la integración latinoamericana y caribeña - Principales claves y desafíos. **Nueva Sociedad**, n. 240, p. 16-28, jul./ago. 2012. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3877_1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARBOSA, Fábio L. S. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998–2016)**. Texto atualizado e ampliado. São Paulo: Elefante, 2019.

BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel. Introducción: La Diplomacia de Cumbres frente al contexto internacional del nuevo multilateralismo político latinoamericano y del Caribe. In: BONILLA, Adrián; ÁLVAREZ, Isabel (Eds.). **Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e**

Iberoamérica. San José: Flacso, 2013. p.7-10. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53935.pdf>. Acesso em 26 jun. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe.** Riviera Maia, México: CELAC, 2010. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/minrel_old/site/artic/20100426/asocfile/20100426124725/declaracion_cumbre_unidad_alc_pt.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración de Caracas “En el bicentenario de la lucha por la independencia hacia el camino de nuestros libertadores”.** Caracas, Venezuela: CELAC, 2011. Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view/68>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración de Surinam.** Paramaribo, Suriname: CELAC, 2013. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/docc/Declarac_XIX_Foro_Esp.pdf. Acesso em: 19 mai. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración especial sobre la cultura como promotora del desarrollo humano.** La Habana, Cuba: CELAC, 2014. Disponível em: <http://celac.cubaminrex.cu/es/categoria/documentos>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración Especial 25:** sobre la recuperación de bienes culturales. Belén, Costa Rica: CELAC, 2015. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.bo/celac/sites/default/files/2019-01/25.%20DE%20BIENES%20CULTURALES%20-ES.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración Política de Quito – Mitad del Mundo.** Quito, Equador: CELAC, 2016a. Disponível em: <http://s017.sela.org/media/2088261/iv-cumbre-celac-declaracion-politica.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración Especial 8:** sobre recuperación de bienes culturales. Quito, Ecuador: CELAC, 2016b. Disponível em: <http://s017.sela.org/media/2088308/declaracion-8-bienes-culturales.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración Política de Punta Cana.** Punta Cana, República Dominicana: CELAC, 2017. Disponível em:

<https://celac.rree.gob.sv/documento-oficial/declaracion-politica-de-punta-cana-v-cumbre-de-la-celac-25-de-enero-de-2017/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS). **Declaración de la Ciudad de México**. Cidade do México, México: CELAC, 2021. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/668541/Celac_2021_Declaracion_de_la_Ciudad_de_Mexico_18sep21.pdf. Acesso em: 19 mai. 2022.

ESTAY, Jaime. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños: una revisión inicial de sus potencialidades y límites. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Coord.). **Los retos de la integración y América del Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. p. 190-214. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20130920035225/GT-RetosIntegracion.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

FIGUEROA, Oneida A. La CELAC: Nuevo actor regional en América Latina y el Caribe: avales y obstáculos para lograr su consolidación. In: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. SERBIN, Andrés; MARTINEZ, Laneydi; RAMANZINI JR., Haroldo Júnior. Buenos Aires: CRIES, 2012. p. 177-205. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

FRIGGERI, Felix Pablo; RICOBOM, Gisele. CELAC y el Grupo de Puebla: ¿Se retoma la integración latinoamericana y caribeña? **Sul Global**, v. 1, n. 2, p. 153-171, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/36383/pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) Encuentro de Ministros de Cultura y encargados de Políticas Culturales de América Latina y el Caribe. n. 1, 10-12 ago. 1989, Brasília, **Declaración Final**, 1989. Disponível em: http://www.lacult.unesco.org/encuentros/showitem.php?uid_ext=&getipr=&id=1&tipo=16&lq=1. Acesso em: 19 mai. 2022.

PERROTTA, Daniela V. El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina. **Relaciones Internacionales**, n. 38, p. 9-39, 30 jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.38.001>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis (Santiago)** v. 11, n. 31, p. 295-332, abril, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682012000100017>.

PRECIADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 253-268, mai/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200005>.

PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. **Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre Espacio y Poder**, v. 1, n. 1, p. 65-94, nov. 2010. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/14275>. Acesso em: 7 fev. 2022.

PRECIADO, Jaime; FLORIDO, Ángel. La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC): integración postneoliberal, neoliberal ortodoxa y contrahegemónica. *In*: FLORES, Consuelo S.; MARTINS, Carlos Eduardo (Coords.). **Nuevos escenarios para la integración en América Latina**. Buenos Aires: Arcis; CLACSO, 2013. p. 187-214. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20131016025228/NuevosEscenarios.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

PRECIADO, Jaime. Sentido de la investigación sobre la integración autónoma de la integración de América Latina y el Caribe. Fundamentos teóricos y metodológicos. *In* PRECIADO, Jaime (Coord.) **Dimensiones, estrategias y alternativas de la integración autónoma para América Latina y el Caribe**. Desafíos para el caso mexicano (2010-2015) Tomo I Historia, economía y políticas exteriores. Jalisco (México): Universidad de Guadalajara, 2019. p. 27-89.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 122-151. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. *In*: RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the case of Latin America**. Londres: Springer, jan. 2012. p. 1-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/978-94-007-2694-9>.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. *In*: **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009**. Coordinadores: Laneydi Martínez Alfonso, Lázaro Peña y Mariana Vázquez. Buenos Aires: CRIES, 2009. p. 11-54. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2010/05/anuario-integracion-2008-2009.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SILVA, Carolina A. **A CELAC e o regionalismo na América Latina e Caribe no século XXI: entre a autonomia e contra-hegemonia**. Orientador: Dr. Martín-León-Jacques Ibáñez de Novión, 2017. 117p. Dissertação de Mestrado; Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24306>.

Acesso em: 20 jun. 2022.

SVAMPA, Maristella. **Debates latinoamericanos**: indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires: Edhasa, 2016.